LETRAS

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL **SUPLEMENTO CULTURAL** Ano I nº 07 Brasília, 08 de outubr

Câmara homenageia Pompeu de Sousa

Em tempo de Primavera

Rioke lança **Cultura Capital**

Valéria Velasco

"O medo ameaça o DF"

□ Paulo Bertran

O fantasma do tenente pintor

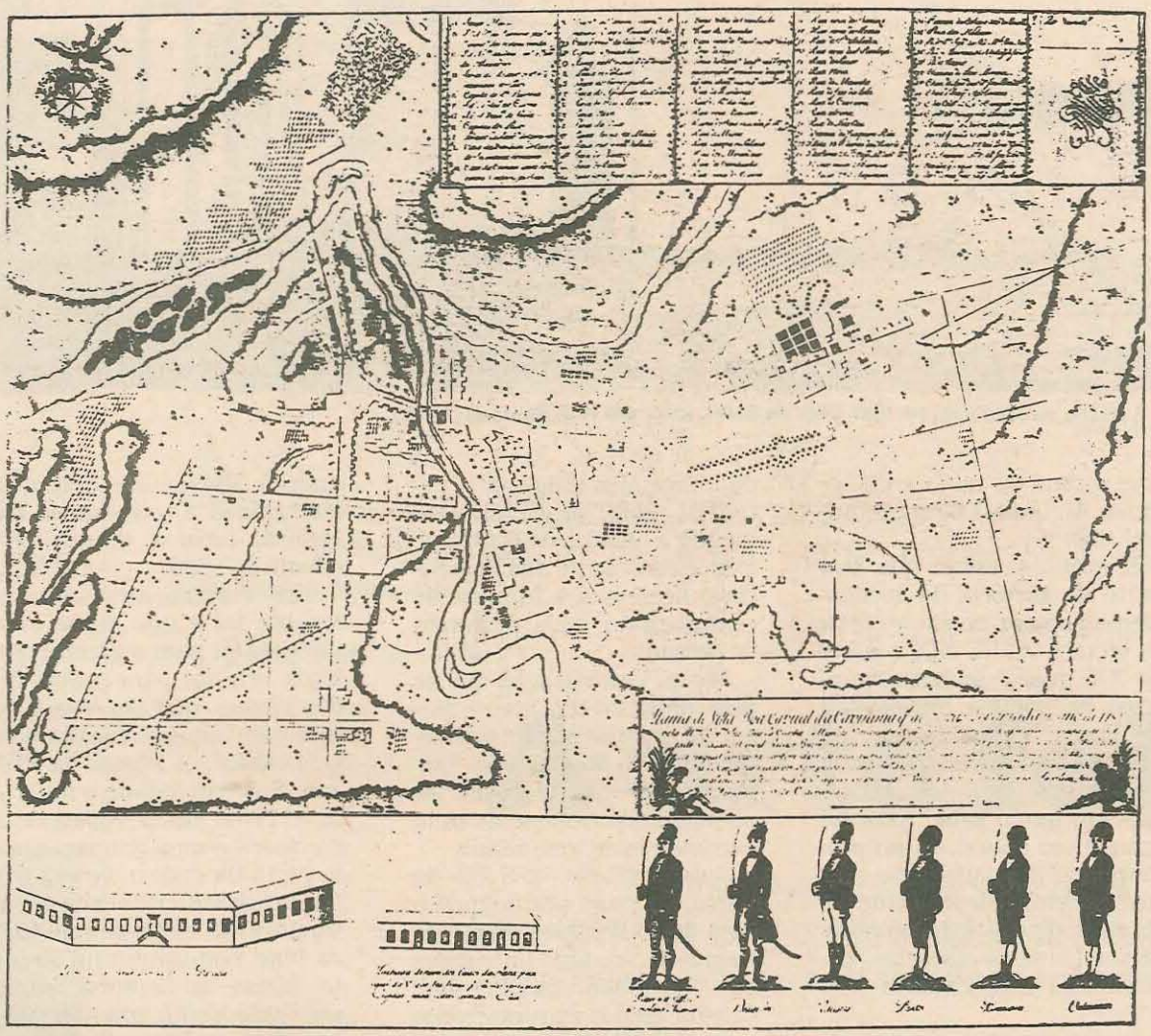
Neste Artigo o historiador e ensaista redescobre na Villa Boas de Goiás de fins do século XVIII um artista plástico do qual nenhuma obra subsistiu

A certa altura de sua monumental obra sobre o barroco no Brasil, diz Eduardo Etzel de as expressões plásticas em Goiás e Mato Grosso, serem poucas e rústicas, pois que derivavam de uma colonização paulista antiga da região. Como em São Paulo essas artes não tinham grande importância, o mesmo ia dar-se em Goiás e no Bom Jesus do Cuiabá.

Não é bem assim. Se o começo goiano foi paulista — uns 20 ou 30 anos de hegemonia, o resto foi reinol, e alguns lugares como Meia Ponte, Pilar, Traíras e Santa Luzia quase só se formaram com gentes e modos do reino. Em fins do século então, todos os arraiais se pautavam pela vertente geral lusófila iluminista. Se as artes plásticas em Goiás têm poucos testemunhos atuais, isso deve-se a fatores outros, sobre os quais aqui não me alongo.

Como exemplo dessa malconhecida matéria, registro num documento singular de 1782, o caso de Bento José de Souza, o Tenente Pintor.

Dele, ao que eu saiba, não sobrou sequer uma obra conhecida ou identificável. Não há, em todo o acervo catalogado, algo a que se possa colar a autoria do Tenente Bento José de Souza. Não se sabe quando nem onde nasceu ou morreu. Sabe-se que tinha o título de Tenente de Ordenanças, não se sabe se branco, preto ou mulato. Mas representaria hoje um socialite, uma pessoa bem posta no estamento social — um colunável do meio artístico.



Planta de Golás Velha, então Villa Boas Capital da Capitania de Goyás, 1782

Interesso-me nele porém como fantasma, como metáfora de algumas condições do artista sertanejo em fins do século XVIII.

Bento José vivia com seu pai, Antônio. O velho pai cuidava da casa e dos negócios do filho e por ele recebia, cobrava, devia, e provavelmente contratava serviços. Parece que não tinham escravos próprios, mas os alugavam de outros, pagando "diárias" por eles.

O único documento que tenho em mãos, (e o único também que conheço sobre o pintor), é um fragmento de processo, muito mal feito e truncado na origem, sem falar na letra péssima e enganosa. Chamava-se o seu infeliz escrivão Manoel Francisco da Maia, "Tabslean nos impedimento (sic) do atual que escreveus (sic)". Grande Maia, tetravô da ignorância linguística que frequenta nossos cartórios.

Enfim o documento é um "Libelo Civil", uma ação para averiguar-se a justeza de obscura causa entre duas partes

Revisão constitucional

Odilon Aires-PMDB

A revisão constitucional merece uma reflexão mais profunda da sociedade, especialmente da classe política. Estamos vivendo um momento ímpar na história do Brasil, onde se faz necessário uma análise do que foi implantado em 1988, para se saber o que realmente foi benéfico para o povo. A Carta trouxe muitos avanços sociais que devem ser preservados, sob pena de se causar um trauma social muito grande.

Entre os avanços sociais que precisam ser preservados, podem ser citadas as conquistas dos trabalhadores, especialmente os ganhos dos servidores públicos, como a estabilidade e a isonomia salarial. Mexer em tais mecanismos pode trazer descontentamentos no seio da classe trabalhadora, porque vai representar um retrocesso, sendo perigoso até para as instituições. Conquistas não devem ser negociadas, mas sim preservadas.

Uma Constituição não pode ser provisória. Não deve ser remendada ao sabor do interesse dos governantes ou de determinados segmentos da sociedade. Todo cuidado, por maior que seja, ainda é pouco quando se discute o assunto. O povo ainda espera ansiosamente a regulamentação, seja por intermédio de lei complementar ou por lei ordinária, de muitos dispositivos constitucionais.

A Constituição, diploma maior de um povo, de uma sociedade, deve ser duradoura, refletindo a maturidade da Nação. Uma revisão sem critérios, com conotação nitidamente corporativa, trará vícios que podem causar lesões incuráveis para nossa Pátria.

Lúcia Carvalho-PT

"Sei da necessidade de rever determinados assuntos da Constituição, mas a revisão pretendida deveria acontecer somente em 1995, depois que os novos parlamentares fossem eleitos com o povo conhecendo as propostas de cada um para as mudanças.

Como o Congresso Nacional já decidiu pela revisão neste momento, estarei atenta para que os direitos dos trabalhadores sejam mantidos e para que a autonomia financeira do Distrito Federal fique assegurada na Constituição. É um absurdo que aos 33 anos a capital do País, que, graças a muita luta, conquistou a sua autonomia política, ainda fique à mercê da boa vontade do Governo Federal para áreas básicas como Saúde e Educação.

Brasília como capital do País é obrigada a sediar com ônus embaixadas, representações de estado e órgãos públicos federais. Então é mais que justo que haja uma contrapartida da União. A minha proposta é que as áreas de Saúde, Educação e Segurança sejam mantidas constitucionalmente pelo Governo Federal. A reivindicação é correta porque pessoas do Brasil inteiro procuram atendimento nestes três setores, especialmente no de Saúde.

Defendo ainda que após a revisão o Distrito Federal passe a fazer parte do Fundo de Participação com status de estado. Até agora o Governo Federal vem arrecadando impostos dentro do Distrito Federal que não são revertidos para a cidade, como são para os estados. Estas são algumas formas de conquistarmos a nossa autonomia financeira".

e desinteressa enquanto tal. Há nele porém um extensa relação das obras do tenente-pintor, com o valor de cada qual, e isto sim, interessa.

E o que fazia o tenente — pintor Bento José? Retábulos, cenários, alegorias, altares e forros pintados. Transposto para hoje, seria um cenógrafo. Mais equalizado ainda, faria sintonia fina com qualquer publicitário criador de arte dos tempos presentes.

A maioiria dos retábulos que o tenente-pintor deixou relacionados não são de oratórios vulgares, domésticos (os há), mas sim grandes pinturas decorativas e sacras dos altares das igrejas nobres e das irmandades bem postas. Uma cenografia dessas, de grande e pública devoção, custava no mínimo 100 oitavas de ouro, 360 gramas. Aos preços de 1991, algo como 4.500 dólares.

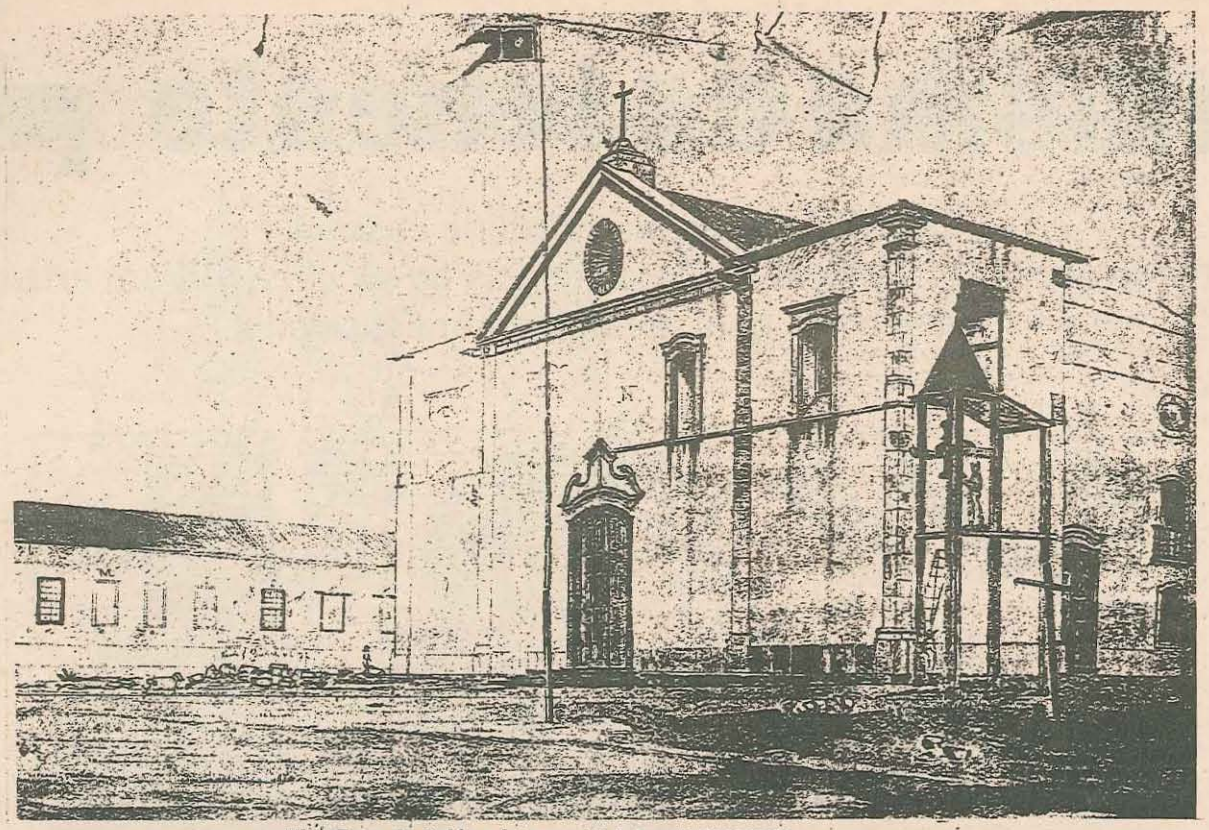
Seu primeiro trabalho em Goiás (acho que no libelo relacionou-os em ordem cronológica) foi para o Senado da República de Vila Boa de Goiás, quando já prontas as instalações fisicas do grande edifício da Casa de Câmara e Cadeia, encomendaram-lhe a feitura de um retábulo para S. Sebastião, patrono dos vereadores — (o que no mínimo é curioso) — aquele santo todo flexado representando o inconsciente simbólico de como talvez se visse o corpo de juízes da Câmara.

Para ser contratado para tão público e importate trabalho, nosso pintor não devia ser neófito nem aprendiz. Ou seria consumado talento nascido em Goiás ou vinha sucedido de outras plagas do barroco setecentista. Estaríamos aqui por volta de 1765.

Consulto Judith Martins no seu Dicionário de artistas mineiros. Há um Bento de Souza, carapina, nascido em 1701, o que nos afasta de todo do nosso Bento de Souza, em plena atuação na Bila Boa de 1782, com seu pai Antonio recém-falecido. Procurei em Antonio de Souza. Há pelo menos cinco, mas nenhum nos serve em questões de datas ou de ofícios.

Podem ser também, pai e filho, de Portugal, d Bahia, de Pernambuco... mas a assim procurá-los nada se resolve e talvez pouco se acrescente.

O segundo retábulo feito em Vila Boa pelo tenente-pintor foi o de Nossa Senhora da Conceição, que parece de molde a localizar-se na matriz de Santana, muito especial devoção D'El Rey D. José e da nobreza vilarenga. De fato, Santos e Santas subiram e sumiram ao longo dos séculos nos altares luso-brasileiros, no mesmo campasso de outras modas do reino e da colônia. Algumas pegaram, outras não.



A matriz de Sant'ana, em Villa Boas de Golás, vista por W.J. Burchell (1829)

É muito possível que boa parte da história do inconsciente popular brasileiro para os séculos XVIII, XIX e parte do XX, guarde-se nos escaninhos da política hagiológica de Roma, e nas formas de aceitação ou rejeição do povo a certas orientações vaticanas. Ou quem sabe, (pois foi grande seu poder), da própria Patriarcal de Lisboa, sob cujo manto semi-independente de Roma podiam até mesmo proliferar heresias discretas, como a do Divino Espirito Santo.

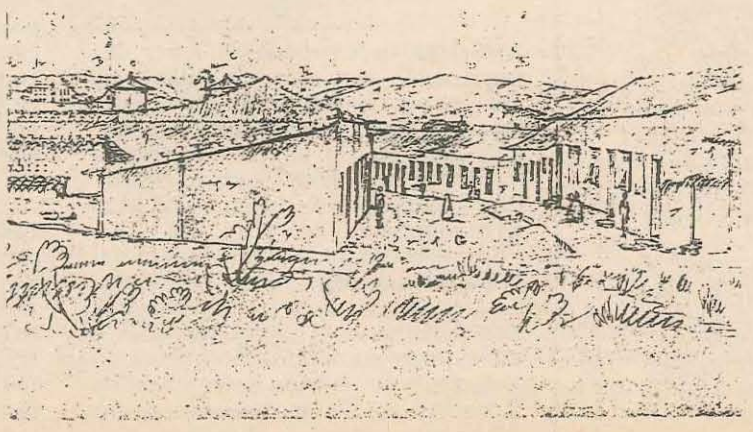
Pouco, muito pouco, consegue-se saber sobre a história religiosa do passado, e sobre a grande alegoria que foi a religião católica no Brasil. Que santo foi São Miguel e o que representou mesmo sua devoção no século XVIII, e depois, no XIX? O que simbolizou N. Sa. do Terço em determinadas épocas? Qual a posição destes e de outros santos no consciente simbólico brasiliano?

Enquanto aguardamos surgir o estudioso da história do imaginário religioso — essencial para desenvolver-se melhor a história do cotidiano e do inconsciente das populações, ficaremos à míngua de compreensão mais profunda do passado.

Assim, tanto pela fé, quiçás pela moda, ao tenente — pintor foi encomendado um retábulo de S. Miguel pelo "tesoureiro" Pedro da Costa, tudo indicando trata-se de uma encomenda de Irmandade.

Outro retábulo, de N. Sa. do Terço, foi pago por João Manoel de Mello, governador da Capitania na fase de rigores do consulado de Pombal. Custou menos da metade dos outros retábulos, não sabemos se por ser obra menor ou se por cortesia ao governador.

Outro ainda foi para o altar do Glorioso Santo Antonio — quase certamente para a matriz branca e lusófila, paga a obra pelo famoso Monoel Pires Neves, grande empresário, cuja mansão debruçada sobre o Rio Vermelho, construíra-se no exato local onde o Anhaguera arranchara no primeiro momento de Vila Boa. À mansão, à memória e mais à Igreja da Lapa dos Mercadores, a tudo varreu da face da terra a grande enchente de 1836.



Lápis de rua típica do nosso interior, formada somente de residências de portas e janelas

Um retábulo outro que o tenente fez e que quase certamente foi para o grande público, era um para o Senhor dos Passos, que em Vila Boa teve sete altares espalhados pela cidade, os Passos da Paixão. Sua irmandade é anterior a 1751, tinha consistório na matriz e uma grande capela perto da cadeia. Nessa velha procissão entrocam-se os tradicionais festejos que ainda hoje, com muito luzimento, fazem da Semana Santa em Goiás Velho, um dos pontos altos do folclore religioso nacional. Uma obra cara, valendo 170 oitavas de ouro.

Em matéria de retábulos porém, a maior obra do tenente-pintor foi para a Igreja do Rosário dos Pretos e parece ser o altar-mor de N. Sra. custando 300 oitavas. E do qual nada subsiste, pois no primeiro quarto dos anos 900 a igreja foi demolida para depois reerguer-se, nova orientação vaticana, por um deplorável neogótico dominicano.

Ao todo, em 17 anos de trabalho, o tenente Bento de Souza confeccionou nove retábulos para as sete igrejas que Vila Boa tinha à época.

Um indicador interessante para os pesquisadores. Ao restaurarem os velhos altares de Vila Boa, que atentem para ver se na sopa infecta das sucessivas repinturas, não nem lá do fundo o pincel do nosso tenente-pintor, até o momento não-identificado.

O TENENTE-CENÓGRAFO

Nem só de retábulos vivia o pintor. Durante o governo de D. José de Almeida empregaram-no na pintura do altar funeral de D. José I e depois no palanque comemorativo do casamento dos Príncipes da Beira. Nessa ocasião responsabilizou-se pela feitura de um "Carro Triunfante", que custou vinte oitavas ao Erário público.

O governador José de Almeida, amante das artes e das grandes festas, parece ser um caso único no Brasil da época, de amizade com o ministro Ouvidor (que era Antonio José Cabral de Almeida), quiçás seu parente. Assim o obsequioso Ouvidor encarregou o pintor de fazer uns "Arcos da Justiça" por ocasião da entrada do governador a Vila Boa, após quatro meses de viagens por Goiás em 1773, e que custou módicas vinte oitavas.

No mais, nosso pintor-fantasma, pintor-metáfora, andou decorando as casas nobres de Goiás-Velho. Pintou no palácio. Por cinquenta oitavas, andou pintando sabese lá o quê no palácio de D. José de Almeida. Um forro Paredes?

Pintou no prédio da Câmara, não se sabe também o quê — coisa grande — pela qual recebeu 300 oitavas, pouco mais de um quilo de ouro, algo como atuais quinze mil dólares, suficientes para comprar um pequeno apartamento nas nossas poluídas cidades.

Em 17 anos de trabalho, o pintor Bento José de Sousa apurou ao todo 1.816 oitavas por suas obras — cerca de sete quilos de ouro — ainda 4.700 dólares por ano, a metade de um per capita europeu de nossos tempos.

Como o valor do ouro físico era diversas vezes superior no século XVIII, ao valor do dólar-papel de hoje, calculo que um artista como tenente-pintor ganhasse bruto algo hoje como 10 a 20 mil dólares por ano, ou seja, o salário de um professor universitário em termos normais.

Sejamos porém gratos ao tenente-pintor Bento José de Souza, por não termos tido juízo de suas obras. Nenhuma sobreviveu e assim empatamos no anonimato da história e na ausência de elementos de crítica.

E eis tudo o que até hoje pudemos saber do pintor-fatasma. Nenhuma obra sua reconhecida sobreviveu. Mas não é mesmo isto que esturde e abre um vácuo na nossa compreensão da condição humana? Além do discurso histórico superficial fátuo? Ou por se não conhecerem-lhe obras, ao Bento José de Souza, deixa de ser ele artista?

□ Paulo Bertran, escritor e historiador SQN 316, bloco I, ap. 504-70.775 — Brasília, D.F .